



### ANEXO III DO PARECER ÚNICO

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental SEM AAF	04010000700/17	28/06/2017 10:40:03	NUCLEO CARATINGA

#### 2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00332936-4 / VANDERLEI ALEIXO DE VASCONCELOS	2.2 CPF/CNPJ: 070.454.396-60	
2.3 Endereço: CÔRREGO DO PARADO, 0 CASA	2.4 Bairro: ZONA RURAL	
2.5 Município: SAO SEBASTIAO DO ANTA	2.6 UF: MG	2.7 CEP: 35.334-000
2.8 Telefone(s): (33) 9886-0905	2.9 E-mail:	

#### 3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00332936-4 / VANDERLEI ALEIXO DE VASCONCELOS	3.2 CPF/CNPJ: 070.454.396-60	
3.3 Endereço: CÔRREGO DO PARADO, 0 CASA	3.4 Bairro: ZONA RURAL	
3.5 Município: SAO SEBASTIAO DO ANTA	3.6 UF: MG	3.7 CEP: 35.334-000
3.8 Telefone(s): (33) 9886-0905	3.9 E-mail:	

#### 4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: Sítio Corrego do Parado	4.2 Área Total (ha): 9,6800
4.3 Município/Distrito: SAO SEBASTIAO DO ANTA/Sede	4.4 INCRA (CCIR):
<input checked="" type="checkbox"/> nº registro da Posse no Cartório de Notas: 8723      Livro: 35B      Folha: 373      Cômara: INHAPIM	
4.5 Coordenada Plana (UTM)	Datum: SIRGAS 2000
X(6): 189.360	Fuso: 23K
Y(7): 7.837.291	

#### 5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica: rio Caratinga
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está ( ) não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras ( ), endêmicas ( ), ameaçadas de extinção ( ); da flora: raras ( ), endêmicas ( ), ameaçadas de extinção ( ) (especificado no campo 11).
5.4 O imóvel se localiza ( ) não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 14,45% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)

5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)
Mata Atlântica	9,6800
<b>Total</b>	<b>9,6800</b>
5.8 Uso do solo do imóvel	Área (ha)
Nativa - sem exploração econômica	9,6800
Pecuária	0,0000
<b>Total</b>	<b>9,6800</b>

CAF

5.10 Área de Preservação Permanente (APP)		Área (ha)		34
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				0,0000
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado	Agrosilvipastoril			1,1552
	Outro:			
<b>6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>Tipo de Intervenção REQUERIDA</b>		<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>	
Supressão da cobertura vegetal nativa SEM destoca		2,7962	ha	
Aproveitamento de Material Lenhoso		45,0000	m3	
<b>Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>		<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>	
Supressão da cobertura vegetal nativa SEM destoca		2,7962	ha	
Aproveitamento de Material Lenhoso		45,0000	m3	
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
7.1 Bioma/Transição entre biomas			Área (ha)	
Mata Atlântica			2,7962	
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias			Área (ha)	
Floresta Estacional Semidecidual Submontana Secundária Inicial			2,7962	
<b>8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Supressão da cobertura vegetal nativa SEM destoca	SIRGAS 2000	24K	189.360	7.837.328
Aproveitamento de Material Lenhoso	SIRGAS 2000	24K	189.360	7.837.329
<b>9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>				
Uso proposto	Especificação		Área (ha)	
Agricultura	Implantação de lavoura cafeeira		2,7962	
Total			2,7962	
<b>10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade	
LENHA FLORESTA NATIVA	Espécies nativas variadas	45,00	M3	
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:	10.2.2 Diâmetro(m):	10.2.3 Altura(m):		
10.2.4 Ciclo de produção do forno ( tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):	(dias)			
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

*Handwritten signature*

## 5.6 Especificação grau de vulnerabilidade: Baixo.

**12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATORIAS FLORESTAIS**

## 1 - Histórico:

Este processo teve como data de formalização 28/06/2017, data do pedido de informações complementares 11/07/2017, data de entrega das informações complementares 08/08/2017 e data de emissão do parecer técnico em 11/08/2017.

## 2 - Objetivo:

É objetivo deste parecer analisar a solicitação de intervenção ambiental para supressão da cobertura vegetal nativa sem destoca com aproveitamento de material lenhoso, numa área de 2,7962 ha. É pretendido com a intervenção requerida a implantação de lavoura cafeeira (AGRICULTURA).

## 3 - Caracterização do Empreendimento:

O imóvel denominado Córrego das Águas Claras, localizado no município de São Sebastião do Anta, possui uma área total de 9,6800 ha e 0,484 módulos fiscais. A atividade econômica predominante é a pecuária (pastagem), ocupando cerca de 32 % da área total da posse. O imóvel possui vegetação nativa secundária em estágios inicial e médio de regeneração, conforme Resolução CONAMA n° 392/2007 e Deliberação Normativa COPAM n° 73/2004. O clima da região é tropical, com inverno seco e verão chuvoso. O solo é classificado, segundo o Mapa de Solos do Estado de Minas Gerais, como LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO distrófico e textura argilosa, com relevo forte ondulado. A hidrografia é composta pelo Córrego Águas Claras, sendo este a única APP do imóvel, pertencente à subbacia do Rio Caratinga e bacia do Rio Doce. A vegetação da APP mencionada anteriormente é constituída predominantemente por gramíneas (pastagem) e algumas árvores nativas isoladas.

## 3.1 - Da Reserva Legal:

Foi apresentado o recibo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural - CAR, cujo registro é MG-3164472-4B48.44D9.4557.493E.B6FD.1BE4.BEFA.F324. A área total proposta da RL é 2,8487 ha em um único fragmento contínuo. No croqui do imóvel, esta área foi de 2,7708 ha. Considerando este último valor, por ser uma medição mais precisa, o imóvel atende o percentual mínimo estabelecido pela legislação ambiental vigente. A fisionomia da vegetação nativa da RL pode ser classificada como Floresta Estacional Semidecidual Submontana em estágio médio de regeneração, conforme Resolução CONAMA n° 392/2007 e Deliberação Normativa COPAM n° 73/2004.

## 4 - Da Autorização para Intervenção Ambiental:

A intervenção na área requerida (2,7962 ha) é caracterizada como sendo supressão da cobertura vegetal nativa sem destoca, com aproveitamento de material lenhoso, fora de APP e de RL, em terreno levemente ondulado a ondulado. A partir da documentação apresentada e a vistoria "in loco", pode-se inferir que a vegetação da área a ser intervinda, caso autorizado, é caracterizada como sendo Floresta Estacional Semidecidual em estágio inicial de regeneração. À medida que se aproxima da borda do fragmento, é possível notar a forte presença de gramíneas, arbustos e cipós (EFEITO DE BORDA), o que está diretamente relacionado com a variação nas condições edafoclimáticas entre essa área e o interior da floresta. O local de exploração solicitado localiza-se próximo às divisas com os Senhores João Batista Vinha (Oeste) e Wagner Aleixo de Vasconcelos (Leste), conforme indicado no croqui da propriedade (PÁGINA 17). A intervenção será feita com auxílio de motosserra, para supressão das árvores, e roçadeira mecânica/foice, para remoção da vegetação de menor porte (GRAMÍNEAS E ARBUSTOS). O rendimento lenhoso a ser obtido com a intervenção será de, aproximadamente, 45 m<sup>3</sup>, o qual será utilizado em outro imóvel.

A supressão da cobertura vegetal nativa sem destoca, com aproveitamento de material lenhoso, é passível de autorização, por se realizar fora dos limites propostos de RL e de APP e por não ser observada, no momento da vistoria, a presença de espécies protegidas por lei e/ou ameaçadas de extinção. Além disso, a vegetação nativa neste local pode ser classificada como em estágio inicial de regeneração. A área escolhida já passou por processo de antropização (pastagem abandonada). De acordo com o artigo 17 da Lei Federal n° 11.428/2006 somente será exigida medida compensatória quando o fragmento florestal secundário a ser suprimido estiver em estágio médio e/ou avançado de regeneração. Portanto, não há embasamento legal por parte do órgão ambiental no que diz respeito à exigência de compensação ambiental por este tipo de intervenção requerido.

A área total para supressão de vegetação nativa sem destoca passível de autorização é de, aproximadamente, 2,7960 ha (área da intervenção definida por este servidor com base nos documentos apresentados e em imagens de satélite do Programa Google Earth e calculada com auxílio do Programa GPS Track Maker), delimitada pelas seguintes coordenadas UTM (24K):

PONTO X	Y	
1	189.360,00	7.837.329,00
2	189.396,00	7.837.291,00
3	189.385,00	7.837.275,00
4	189.429,00	7.837.203,00
5	189.418,00	7.837.166,00
6	189.395,00	7.837.040,00
7	189.365,00	7.837.027,00
8	189.310,00	7.837.040,00
9	189.316,00	7.837.114,00
10	189.308,00	7.837.208,00
11	189.306,00	7.837.275,00
12	189.296,00	7.837.322,00

CAF

## 5 - Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área do empreendimento/atividade e seu entorno, afetando direta e indiretamente o meio ambiente, destacando-se:

36  
C. A. P.

- IMPACTO SOBRE A VEGETAÇÃO A SER SUPRIMIDA: não retirada de espécies ameaçadas de extinção e/ou protegidas por lei, fora de RL e de APP; NÃO REALIZAR QUEIMADA PARA ELIMINAÇÃO DOS RESÍDUOS VEGETAIS OBTIDOS PELA INTERVENÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO;

- ALTERAÇÃO DA TOPOGRAFIA, DAS PROPRIEDADES DO SOLO E PROCESSOS EROSIVOS: manutenção preventiva de máquinas e equipamentos, evitando derramamento de resíduo oleoso no solo; PROMOVER O RECOBRIMENTO DA ÁREA O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL, COM INTRODUÇÃO DA LAVOURA CAFEIEIRA EM CURVAS DE NÍVEL E ADOÇÃO DE PRÁTICAS AGRÔMICAS DE MANEJO RECOMENDADAS;

- POLUIÇÃO SONORA: utilização de máquinas e equipamentos em bom estado de conservação; realização das intervenções durante o dia, preferencialmente, de segunda à sexta; adoção de EPIs por parte dos responsáveis pela intervenção;

- AFUGENTAMENTO DE FAUNA: proximidade com outros fragmentos florestais, como a RL do imóvel e das propriedades vizinhas.

#### 6 - Conclusão:

Por fim, o técnico sugere o DEFERIMENTO de intervenção ambiental para supressão da cobertura vegetal nativa em estágio inicial de regeneração sem destoca, fora de APP e de RL, numa área de 2,7962 ha, com aproveitamento do rendimento lenhoso, no imóvel Córrego das Águas Claras, do Senhor Vanderlei Aleixo de Vasconcelos. O rendimento lenhoso total a ser obtido com a intervenção será de, aproximadamente, 45,0 m<sup>3</sup>. A área total a ser intervinda encontra-se delimitada por coordenadas geográficas, as quais serão mencionadas no campo "Condicionantes" (ITEM 8).

As considerações técnicas deste parecer (Anexo III) devem ser apreciadas pelo Setor Jurídico SUPRAM/LM - Superintendente.

#### 7 - Validade:

Validade do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental: 02 (dois) anos.

Este é o prazo determinado pela Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/13 (Artigo 4º, parágrafo 4º).

8 - Condicionantes: O Documento Autorizativo Para Intervenção Ambiental é válido mediante cumprimento integral das seguintes condicionantes:

Cumprir a exploração apenas no que está sendo autorizado pelo DAIA, de acordo com a vistoria realizada, respeitando o tamanho da área e o local exato autorizado de acordo com as seguintes coordenadas UTM (24K): PONTO 1: 189.360,00; 7.837.329,00/ PONTO 2: 189.396,00; 7.837.291,00/ PONTO 3: 189.385,00; 7.837.275,00/ PONTO 4: 189.429,00; 7.837.203,00/ PONTO 5: 189.418,00; 7.837.166,00/ PONTO 6: 189.395,00; 7.837.040,00/ PONTO 7: 189.365,00; 7.837.027,00/ PONTO 8: 189.310,00; 7.837.040,00/ PONTO 9: 189.316,00; 7.837.114,00/ PONTO 10: 189.308,00; 7.837.208,00/ PONTO 11: 189.306,00; 7.837.275,00/ PONTO 12: 189.296,00; 7.837.322,00.

NÃO REALIZAR QUALQUER INTERVENÇÃO DENTRO DOS LIMITES PROPOSTOS DA RESERVA LEGAL DO IMÓVEL.

Cumprir as medidas mitigadoras necessárias de acordo com a análise técnica do NRRÁ Caratinga: NÃO REALIZAR QUEIMADA PARA ELIMINAÇÃO DOS RESÍDUOS VEGETAIS OBTIDOS PELA INTERVENÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO; PROMOVER O RECOBRIMENTO DA ÁREA O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL, COM INTRODUÇÃO DA LAVOURA CAFEIEIRA EM CURVAS DE NÍVEL E ADOÇÃO DE PRÁTICAS AGRÔMICAS DE MANEJO RECOMENDADAS; UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO; REALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES DURANTE O DIA, PREFERENCIALMENTE, DE SEGUNDA À SEXTA; ADOÇÃO DE EPI's POR PARTE DOS RESPONSÁVEIS PELA INTERVENÇÃO.

Cumprir a exploração apenas no que está sendo autorizado pelo DAIA, de acordo com a vistoria realizada, respeitando o tamanho da área e o local exato autorizado de acordo com as seguintes coordenadas UTM (24K): PONTO 1: 189.360,00; 7.837.329,00/ PONTO 2: 189.396,00; 7.837.291,00/ PONTO 3: 189.385,00; 7.837.275,00/ PONTO 4: 189.429,00; 7.837.203,00/ PONTO 5: 189.418,00; 7.837.166,00/ PONTO 6: 189.395,00; 7.837.040,00/ PONTO 7: 189.365,00; 7.837.027,00/ PONTO 8: 189.310,00; 7.837.040,00/ PONTO 9: 189.316,00; 7.837.114,00/ PONTO 10: 189.308,00; 7.837.208,00/ PONTO 11: 189.306,00; 7.837.275,00/ PONTO 12: 189.296,00; 7.837.322,00.

NÃO REALIZAR QUALQUER INTERVENÇÃO DENTRO DOS LIMITES PROPOSTOS DA RESERVA LEGAL DO IMÓVEL.

Cumprir as medidas mitigadoras necessárias de acordo com a análise técnica do NRRÁ Caratinga: NÃO REALIZAR QUEIMADA PARA ELIMINAÇÃO DOS RESÍDUOS VEGETAIS OBTIDOS PELA INTERVENÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO; PROMOVER O RECOBRIMENTO DA ÁREA O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL, COM INTRODUÇÃO DA LAVOURA CAFEIEIRA EM CURVAS DE NÍVEL E ADOÇÃO DE PRÁTICAS AGRÔMICAS DE MANEJO RECOMENDADAS; UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO; REALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES DURANTE O DIA, PREFERENCIALMENTE, DE SEGUNDA À SEXTA; ADOÇÃO DE EPI's POR PARTE DOS RESPONSÁVEIS PELA INTERVENÇÃO.

**14. DATA DA VISTORIA**

segunda-feira, 3 de julho de 2017

**15. PARECER JURIDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATORIAS**

**16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURIDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)**

**17. DATA DO PARECER**